

Os números da pobreza

O Brasil tem 53 milhões de pobres, o que equivale às populações da Argentina e Chile juntas. Esses números foram revelados na semana passada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ipea), órgão do Ministério do Planejamento. São dados que revelam o tamanho da tragédia social do país. Esses cerca de 53 milhões de brasileiros - um terço da população - vivem com renda mensal correspondente a menos de meio salário mínimo. *Página 12*

Amâncio deixa direção do HU *Página 4*

ENQUADRAMENTO 2ª etapa

1 - O levantamento de quem faz jus à progressão por capacitação e incentivo à qualificação - para o cálculo dos recursos necessários à segunda etapa do enquadramento - está quase no fim. A UFRJ mandou para o MEC 80% dos casos.

2 - No dia 2, a Fasubra teve reunião com o MEC. A correção da tabela, com o objetivo de eliminar o Vencimento Básico Complementar (VBC), foi o ponto central da discussão. O MEC confirmou buscar alternativas para a parcela complementar.

3 - A reunião sobre racionalização de cargos será dia 8, quarta-feira, às 14h, no anfiteatro do NCE, com a participação da direção do SINDICATO e da Comissão de Enquadramento. *Página 3*

No centro do debate

O governo apresentou a segunda versão do anteprojeto da reforma universitária depois de quatro meses de debate. O Jornal do SINTUFRJ repercute o novo desenho do documento que quer mudar o ensino superior no país. A coordenadora-geral do SINDICATO e integrante do GT-Educação da Fasubra, Ana Maria Ribeiro, a presidente do Andes, Marina Barbosa, e o reitor Aloísio Teixeira discutem a nova proposta. *Páginas 5, 6, 7 e 8*



Categorias de funcionários em greve. *Página 4*

Diretora do Hesfa fala de planos para o hospital. *Página 9*

Sindicato mobiliza trabalhadores NES

Acompanhado da coordenadora geral do Sindicato, Ana Maria Ribeiro, os trabalhadores NES foram recebidos pelo Reitor. Aloísio Teixeira se comprometeu a encaminhar as solicitações feitas pelo Ministério do Planejamento para resolver a situação desses trabalhadores de natureza especial, além de outras reivindicações do grupo de funcionários. No dia 21, haverá outra reunião, dando continuidade aos entendimentos. Os NES formam um grupo de 249 trabalhadores, que estão na Universidade há mais de 15 anos e que desde 1995 recebem seus salários através do Siape, têm registro naquele sistema mas estão em situação indefinida quanto ao regime jurídico.

FGTS: juiz ainda não se pronunciou

O desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que acatou recurso da Caixa Econômica Federal em relação à ação do FGTS ainda não se pronunciou sobre o pedido de reconsideração feito pelo advogado Júlio Romero. Como se sabe, em abril a CEF conseguiu cassar liminar da juíza da 9ª Vara Federal que determinava que fossem feitos os depósitos do fundo. Paralelamente ao pedido de reconsideração, o advogado está fazendo gestão junto à juíza da 9ª Vara para que

proceda a execução da sentença que manda pagar o FGTS. Em relação ao processo da 29ª Vara Federal dos sindicalizados que ainda receberam o fundo, o advogado sustenta que todos os esforços estão sendo feitos para que os créditos sejam liberados. Júlio Romero chama atenção aos que já sacaram o fundo que façam o depósito correspondente ao pagamento de honorários advocatícios, para evitar embaraços judiciais. A conta é no Banco do Brasil, número 14480-2, agência 3652-8.

Ponto de ônibus no CCMN

Os técnicos-administrativos, estudantes e professores de três unidades (CCMN, CT e Geociências) estão se mobilizando para a volta do ponto de ônibus que ficava atrás do CCMN e que facilitava a vida de todos. A primeira providência foi organizar um abaixo-assinado, que já conta com a adesão de 295 pessoas. "Hoje o que acontece é que a falta do ponto faz com que o ônibus dê uma volta de trinta minutos pela UFRJ e ainda temos que caminhar até a Petrobras", reclamou o funcionário do CCMN, Adair de Oliveira Charles.

O prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos, disse que o ponto que existia atrás do CCMN era ilegal, mas afirmou que aguarda um estudo técnico da SET-Rio e da Secretaria Municipal de Transportes Urbano para tomar uma providência que atenda à reivindicação da comunidade.

APOSENTADOS

Excursão ao sítio

Atenção, companheiros: a próxima excursão será ao Sítio Jonasake, no dia 18 de junho. Os interessados devem procurar a secretaria do SINTUFRJ para se inscrever, ou ligar para mais informações. Os telefones são: 2270-3348/2290-2484/2560-8615 – ramal 2.

Data: 18 de junho

Saída: às 7h30

Atenção: quem chegar após o horário perderá o passeio. O rigor com a hora é para que aproveitemos mais o passeio. PARTICIPE!

8º Congresso do SINTUFRJ

CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA ESCOLHA DE DELEGADOS

DATA	UNIDADE	LOCAL	HORÁRIO
06/06/05	FAU	Auditório Arquimedes Memória	10:00 às 12:00
07/06/05	Museu Nacional	Jardim das Princesas	10:00 às 12:00
07/06/05	Inst. de Macromolécula	Sala de aula	10:00 às 12:00
07/06/05	Inst. de Nutrição	Sala da Secretaria	14:00 às 16:00
07/06/05	Inst. de Física	Sala 343	10:00 às 12:00
08/06/05	IPPUR	Sala de Reunião 2	13:00 às 15:00
08/06/05	CLA	Almoxarifado	10:00 às 12:00
09/06/05	Inst. de Psicologia	Sala 10	11:30 às 12:30
09/06/05	Fac. de Educação	Sala Anísio Teixeira	13:00 às 15:00
09/06/05	Observatório do Valongo	Sala da Administração	14:00 às 16:00
10/06/05	Maternidade Escola	Auditório Célia Alencar	10:00 às 12:00
10/06/05	Inst. de Química	Sala 530	13:00 às 15:00

Festa na Letras

O movimento cultural chamado "Letras pelas Letras", fundado pelo centro acadêmico (CA), realizou na sexta-feira uma homenagem ao sambista Carlos Lyra pelos seus 50 anos de carreira. Na apresentação, o homenageado, que tem um histórico de ligação no movimento estudantil, relembrou vários sucessos que marcaram sua carreira. O evento também contou com a presença da Velha Guarda musical de Vila Isabel, que colocou os jovens do Curso de Letras para sambar com composições de grandes músicos do samba brasileiro. "A nossa proposta é fomentar um série de medidas para a retomada cultural, não só na academia, mas também no Rio de Janeiro", afirmou Diego Rezende, diretor de cultura do DCE. A atração foi apoiada pela Faculdade de Letras, Gabinete do Reitor, DCE e Banco do Brasil.

Inscrições abertas para as oficinas

PATWORK – Esta oficina ensina a arte de unir retalhos. Uma ótima terapia ocupacional, porque é uma técnica que requer treinamento, criatividade e bom gosto para combinação dos tecidos. Aula mensal – sempre na última sexta-feira do mês (a próxima será dia 24/6), das 9h30 às 12h30, com a professora Débora. O curso é gratuito.

ARTES VISUAIS – Abrange duas áreas artísticas, o desenho e a pintura, mas trabalhadas simultaneamente. Pinturas em papel, tecido e quadros, entre outras modalidades. A aula é semanal, às segundas-feiras, das 9h às 11h, com a professora Ismênia. Também é de graça.

OFICINA DE IKEBANA – Uma arte milenar na elaboração de arranjos florais (natural), originária da Índia, mas que foi expandida através do Japão, também o país que melhor desenvolveu essa arte. Inscrições até o dia 15 de junho. Aula única, dia 17/6, e de graça. Apenas é necessário trazer R\$ 10,00 para a compra do vaso e das flores. Professora: Petronila.

Todas as atividades anunciadas acontecem no Espaço Cultural do SINTUFRJ.

APOSENTADOS: PRÓXIMA REUNIÃO

Dia 14 de junho, às 10h, no Salão Nobre do CT. Pauta: informes e eleição de delegados para o Congresso do SINTUFRJ.

Enquadramento: 2ª etapa

O levantamento de quem faz jus à progressão por capacitação e incentivo à qualificação - para o cálculo dos recursos necessários à segunda etapa do enquadramento - está quase no fim. A UFRJ mandou para o MEC 80% dos casos, segundo a coordenadora adjunta da Comissão, Maria Tereza Ramos (Teca). Ela explica que o percentual apurado até aqui seria suficiente para embasar as estimativas da Comissão Nacional para negociar a previsão de recursos pelo governo. Dentro deste contingente, entre cinco e seis mil pessoas podem ter direito à progressão e incentivo.

Quanto aos erros encontrados na primeira etapa, segundo ela, podem ser corrigidos na próxima folha. A diferença virá no salário de junho, possivelmente com os atrasados do enquadramento (que é retroativo a 1º de março), pois os cálculos do NCE estão adiantados.

No entanto, quanto aos valores referentes aos artigos 184 e 192 (diferenças de níveis ou classes ganhos por quem se aposentou quando os artigos estavam em vigor), que saíram no salário de maio com o mesmo valor da folha de abril, podem não ser corrigidos agora. Não está

garantido que saiam na folha de junho, porque o MPOG ainda aguarda orientação da área de normas sobre como fazer o cálculo destas vantagens.

Teca lembra, ainda, que quem tem aposentadoria proporcional não vai receber o valor que está na tabela do enquadramento. Deve-se aplicar àquele valor a proporcionalidade do tempo

mo que o custo da primeira etapa superou as previsões em R\$ 200 milhões. Nesta terça-feira será entregue à Fasubra o espelho da folha de maio e haverá mesa de negociação específica na quinta-feira, dia 16.

Segundo o coordenador geral da Fasubra, Paulo Henrique, já há um calendário definido com o MEC para fazer uma projeção do custo da

carreira e que recursos disponibilizados para campanha salarial desse ano seriam para correção da malha salarial". O diretor espera avanços na reunião com MEC no dia 16.

A demanda da categoria já foi apresentada na mesa central com o governo e vai para mesa específica. "Mas a disputa vai ser grande, porque o governo não mudou a

Vânia Gonçalves, representante da Fasubra na Comissão Nacional de Enquadramento, o principal desafio é fechar o orçamento necessário para a segunda fase: "É preciso rodar a primeira folha, terminar o levantamento de certificados, fazer o cálculo e depois o convencimento para conseguir o dinheiro."

Dia 2 de julho haverá uma plenária para definir a proposta que a Fasubra irá adotar na mesa do Planejamento. O prazo para previsão no orçamento é até o fim de agosto.

"O que está garantido na lei é a segunda fase do enquadramento, a progressão por capacitação e percentual de qualificação. Há prazos mas não datas específicas. O regulamento ainda está sendo feito e a gente não sabe qual a data da regulamentação. O que está fechado mesmo é a mudança do estepe em janeiro, de 3,6%", observa Vânia.



com que o servidor se aposentou.

MESA DE NEGOCIAÇÃO DIA 16 - No dia 2, a Fasubra teve reunião com o MEC. A correção da tabela com o objetivo de eliminar o Vencimento Básico Complementar (VBC) foi o ponto central da discussão. O MEC confirmou a disposição de cumprir prazos e buscar alternativas para a parcela complementar. O secretário Jairo Jorge infor-

segunda etapa. "Está na lei, é direito nosso e vamos bater em cima", disse o coordenador.

A reclassificação de cargos, o VBC e as progressões por capacitação e o incentivo à qualificação serão os novos desafios: "Já apontávamos a questão do VBC na negociação passada. Tanto que nós colocamos no acordo para fechamento da greve de que essa seria primeira etapa

política econômica. Isso significa que os rumos vão ser os mesmos. Por mais que o governo acene que tem intenção, a gente sabe que só se torna realidade com pressão e até greve. Nossa categoria vai até o último momento tentando a negociação. Mas quando olho o orçamento para este ano e para o ano que vem, acho que não tem outro caminho", disse.

MUITA LUTA - Segundo

REUNIÃO NA UFRJ É NESTA QUARTA

A reunião sobre racionalização de cargos será dia 8, quarta-feira, às 14h, no anfiteatro do NCE, com a participação da direção do SINDICATO e da Comissão de Enquadramento. A racionalização de cargos é necessária não só para unificar, mas também para desmembrar, extinguir, criar e reclassificar cargos diante da realidade das instituições. A classificação é a distribuição de cargos por níveis mediante critérios de escolaridade, experiência, formação especializada, responsabilidade, risco e esforço. As entidades de base deverão contribuir com informações para que o trabalho do GT seja representativo.

Amâncio deixa o HU e a UFRJ

Administração de diretor durante oito anos foi marcada por um viés privatista

Amâncio Paulino de Carvalho vai deixar o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Na sexta-feira Amâncio confirmou que vai entregar o cargo de diretor do HU e que se licenciará da UFRJ, prometendo falar sobre os motivos dessa decisão inesperada, nesta segunda-feira. Os comentários na universidade são de que ele irá dirigir um complexo hospitalar privado no estado do Paraná. Mas falou-se também que ele iria assumir a direção de um hospital federal no Rio de Janeiro.

Durante a semana o diretor do HU procurou a Pró-Reitoria de Pessoal para formalizar o seu afastamento da UFRJ. Segundo o pró-reitor Luiz Afonso Mariz, Amâncio solicitou licença sem vencimentos de três anos que o Regime Jurídico Único (artigo 91) concede ao funcionário público – “para tratar de assuntos particulares” – e que depois ele pedirá demissão do cargo que ocupa no hospital. Amâncio se reuniu com os chefes de serviço e professores na tarde de sexta-feira

para anunciar sua decisão.

Substituto – Mariz explicou que cabe ao reitor, através de portaria, nomear um *pro tempore* para o HU. Mas como faltam menos de sete meses para a eleição do substituto de Amâncio, ele acha que o substituto eventual, Silvio Martins, poderá assumir provisoriamente a direção do hospital. A vice-reitora, Sylvia Vargas, chama a atenção para o fato de o substituto não ter sido eleito, mas, fora isso, não vê nenhum razão que impeça Martins de substituir o diretor que sai.

Em dezembro, Amâncio Paulino completaria 8 anos à frente do HU. Ele deixa o hospital universitário num quadro de devastação administrativa e financeira e com a emergência fechada. Os problemas se acumulam nas relações com os funcionários e no atendimento aos milhares de usuários que buscam acesso aos serviços do hospital. Sua administração construiu um quadro na contramão dos interesses da universidade pública e da sociedade como todo.



SEIS POR MEIA DÚZIA. Amâncio será substituído por Silvio, afinado com as idéias do chefe

Administração de viés privado

O Clementino Fraga Filho é o maior hospital universitário do país, com 3.513 funcionários, e ocupa uma área de 110 mil metros quadrados, na Ilha do Fundão. O HU é referência em tratamento e cirurgias de várias doenças, e em pesquisa científica de ponta, como em células-tronco. Há vários anos, no entanto, em consequência de falta de verba e por decisão do diretor Amâncio Paulino, a Emergência foi fechada. E a cada dia aumentam as

dificuldades para o atendimento na maioria das especialidades médicas. A espera por uma consulta tem sido longa, dependendo da área procurada. Mas o Setor de Convênios vai muito bem. Uma das iniciativas de Amâncio foi selar parcerias com a iniciativa privada; assim, alguns andares do hospital foram reservados e reformados para receber com conforto e qualidade os pacientes de planos de saúde.

MOVIMENTO

Categorias em greve

De acordo com a Condsef, cerca de 50% dos trabalhadores da sua base aderiram

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) afirmou que a greve iniciada na quinta-feira, dia 2, já alcançou 50% de adesão entre os trabalhadores que integram a base da confederação e da Fenasps. São trabalhadores

da Previdência, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Saúde, de órgãos como Funai e Ibama, entre outros. A greve, decidida na plenária dos servidores públicos federais no último dia 22, faz parte da campanha salarial deste ano, que tem como eixo o reajuste emer-

gencial de 18% e a definição de uma política salarial.

Duas entidades (a Condsef e Fenasps), entre as 11 que compõem a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (Cnesf), iniciaram o movimento. Parte dos delegados represen-

tantes de entidades que participaram da plenária avaliou que ainda não há nível de organização para deflagrar a paralisação e que é preciso reforçar o trabalho de base para a construção de uma greve unificada. Dentro da perspectiva da mobilização, ficou

acertado o apoio aos funcionários que já entraram em greve, desenvolvendo ações que vinculem as questões específicas com a luta geral. A Fasubra decidiu apoiar a paralisação conduzida pela Condsef e Fenasps e manter a luta unificada dos SPFs.

"A nova versão não significa recuo, mas avanço, pois incorporamos várias sugestões da sociedade"

ministro Tarso Genro



Reforma Universitária

Governo apresenta nova versão de anteprojeto

A segunda versão do anteprojeto da reforma universitária proposta pelo governo foi apresentada dia 30, em Brasília, pelo ministro da Educação Tarso Genro - com transmissão ao vivo para todo o país. Este documento é resultado de quatro meses de debates e tomou como referência o anteprojeto anterior, que provocou reações diversas em setores vinculados ao ensino superior. Instituições do movimento, como Fasubra e Andes, têm tido postura ativa na discussão. A Fasubra, inclusive, elaborou um projeto de lei com base no seu projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores.

A nova versão elaborada pelo Ministério da Educação é mais enxuta - o texto anterior continha 100 artigos -, contém 77 artigos, alguns deles resultantes de contribuições encaminhadas por 121 organizações. Uma terceira versão será preparada com base em novas contribuições, e apesar de o MEC pretender enviar uma proposta final até agosto - a reforma é prioritária para o governo -, ela terá que ter aval da equipe econômica e ainda passar pela Casa Civil.

A Fasubra participa da discussão e, de acordo com decisão do congresso, irá disputar no Congresso Nacional o seu Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores,



Fotos: ABr

NA MESA. Professor Ronaldo Motta, Fernando Haddad (secretário executivo), Tarso Genro e Nelson Maculan, da Sesu

res, ainda a ser apresentada à Comissão de Educação do Congresso e à Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública. Uma das principais reivindicações da Federação, a participação paritária nos órgãos colegiados, não foi contemplada na segunda versão do projeto que manteve a maioria docente.

Dentre as mudanças apresentadas na segunda versão está a da política de cotas para negros e índios. Agora há um

prazo de 10 anos para que as instituições federais atinjam a proporção de pelo menos 50% de alunos oriundos da rede pública do ensino médio e cada universidade fica livre para estabelecer o seu sistema de cotas. Uma outra mudança, e que teve severa crítica por parte do Andes, foi a retirada do capítulo referente ao controle sobre as instituições particulares. A pressão do setor privado foi grande e o governo acabou cedendo.

Atendendo a uma reivindicação da União Nacional dos Estudantes, entre outras que foram incorporadas, como a ampliação da assistência estudantil, a nova versão determina que as universidades federais ampliem a oferta de cursos noturnos. A Andifes, que representa os reitores, também teve propostas atendidas, como a manutenção das fundações de apoio. A versão anterior praticamente acabava com a figura das fun-

dações ligadas às instituições federais.

Nas páginas seguintes apresentamos as opiniões de três representantes do setor da Educação sobre a segunda versão do projeto de reforma universitária: Ana Maria Ribeiro, coordenadora geral do SINTUFRJ e do GT-Educação da Fasubra; Marina Barbosa, presidente do Andes e do GT de Política Educacional do Andes; e Aloísio Teixeira, reitor da UFRJ.

Reforma no

Ana Maria Ribeiro*



Foto: Niko Júnior

ANA MARIA. "Não bastam recursos. Eles de nada adiantarão se o elitismo, a arrogância continuarem"

A última década foi marcada pela expansão do ensino privado, sem regulação e controle do Estado, e pelo sucateamento das instituições públicas, levando-as a privatização, com fundações de apoio e venda de cursos e serviços.

As mudanças na política do Ministério da Educação com a criação de novas universidades públicas; suspensão de autorização de novos cursos; o fim do Provão e a aprovação do Sistema Nacional de Avaliação que resgatou instrumentos importantes do processo de avaliação qualitativa e quantitativa, em que instituição, curso e estudante são avaliados; o investimento em aumentar os recursos para as instituições públicas mostram claramente uma mudança de rumos.

Com certeza, ainda está muito longe da Educação que desejamos para o Brasil e que há tantos anos lutamos. Temos clareza que sem um aporte significativo de recursos não se conseguirá mudar o quadro de exclusão e desigualdades presente em nossas universidades, por isso é vital a mudança na política econômica do governo. Mas não bastam somente os recursos, para mudar a universidade. Eles de nada adiantarão se o elitismo, a arrogância e a presunção continuarem a ser a tônica no ensino superior.

Esta segunda versão apresentada tem um texto mais enxuto, está na linguagem das leis. Perdeu o idealismo que consubstanciava, na primeira versão, a responsabilidade social das instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. A

zação deixava claro o processo de regulamentação do setor privado. Apesar de vários artigos se manterem dispersos e diluídos, fica evidente uma certa vitória dos empresários do ensino, que criaram o Fórum da Livre Iniciativa.

O que saiu: a eleição de pelo menos um pró-reitor; o livre acesso dos dirigentes sindicais e estudantis nas IES; a garantia do contraditório e a ampla defesa; a obrigatoriedade de ter no Estatuto órgão máximo de deliberação; e vários outros pontos positivos.

Persistem os problemas da 1ª versão: a maioria docente nos órgãos colegiados; a legalização, com prerrogativas de universidade, para os Centros Universi-

tários; os cursos de curta duração profissionais tecnológicos.

Novos problemas: retirada da obrigatoriedade da frequência dos professores; não especificação da composição da sociedade civil no conselho de desenvolvimento social, e este se reportar apenas ao reitor; mandato de cinco anos para o reitor; concepções que divergimos no dia-a-dia.

Alguns avanços: o anteprojeto continua na mesma perspectiva apresentada na primeira versão, em relação ao fortalecimento das instituições públicas de ensino, inclusive incorporando as instituições estaduais e municipais na legislação. A reafirmação de que a educação superior é bem público –

e não mercadoria – que cumpre função social, é extremamente importante, sendo a base para definição das finalidades e objetivos das IES, elemento fundamental no processo de avaliação. Apenas cursos de graduação e pós-graduação emitem diplomas, sendo que todos os demais emitem certificados, deixando de existir após *lato sensu* (especializações, atualizações e residências), que passam a ser formação continuada – estes sim com características de qualificação/capacitação profissional. Evidenciando, assim, uma clara diferenciação da formação acadêmica e da profissional, inclusive destacando-a na pós-graduação, inviabilizando a comercialização, já incor-

porada em várias Ifes, dos mestres e trados profissionais.

Vários artigos da atual LDB são trazidos com alterações, como o art. 49 (art. 54 da LDB), introduzindo a observância aos planos de carreira nacional e retirando a possibilidade de plano de cargos e salários por Ifes como pretendia o texto da Lei nº 9.394/96. Com isso cada universidade propõe seu quadro de pessoal em função das suas demandas.

A Educação a Distância (EAD) na educação superior, já introduzida pela LDB em 1996, é incluída com o que já faz parte das normas vigentes. Infelizmente, setores resolveram demonizar a EAD como coisa do neoliberalismo, da mercantilização da educação. Cuba está longe de ser isso, e é um dos países que mais

fogo cruzado

pouco, mas já é uma enorme vitória esta conquista.

A retirada dos vetos de FHC ao PNE é muito positiva – os que têm a meta de 40% das vagas da educação superior serem públicas e as ações afirmativas alcançadas até 2015, deixando a autonomia de cada instituição definir seus métodos para alcançar estas metas. Apesar de ainda tímida, é importante a recuperação de indicação das Procuradorias serem dos reitores e não da AGU.

Enfim, há várias questões a serem debatidas e os técnico-administrativos têm seu Projeto - Lei Universidade Cidadã para os Trabalhadores, já aprovado nas instâncias da Fasubra, como instrumento de análise, comparação e fundamentalmente de disputa na sociedade e no Parlamento. Ter senso crítico ao analisar as versões do anteprojeto, entendendo-o como fruto de um intenso debate social, em que as divergências reais se apresentam. Assim como muitos temas que nos diferenciam, como a questão das cotas, onde a UNE e a Fasubra são a favor, e o Andes e Andifes são contra as cotas. Mas essas divergências não devem impedir a necessidade de fazer a Reforma Universitária e destruir a lógica privatista construída no passado. Neste momento histórico não dá para ficar no muro: ou estamos ao lado da escola pública ou se está fortalecendo a mercantilização da educação. Devemos lutar por uma Reforma Universitária que garanta uma universidade voltada para os interesses dos trabalhadores.

*** Ana Maria Ribeiro***

*Técnica em Assuntos
Educação/UFRJ;
Coordenadora-Geral do
SINTUFRJ e componente do
GT-Educação da Fasubra.*

2ª versão não avança

A presidente do Andes, Marina Barbosa, que também integra o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Sindicato Nacional dos Docentes, fez uma análise preliminar para o Jornal do SINTUFRJ. Além das questões técnicas, Marina levanta questionamentos quanto à política adotada pelo governo no processo de discussão com as entidades, principalmente com o Andes. Ela afirma que os 72 artigos, em seu conjunto, não avançam nos termos necessários para melhorar a proposta a partir das críticas já feitas e exclui as posições divergentes.

“O governo já começa a discussão com a exclusão daquelas entidades que não comungam com ele ao explicitar, já na apresentação da segunda versão, que a terceira será submetida às entidades (escolhidas pelo governo) que participaram da audiência pública com o presidente, sendo estas responsáveis pela sugestão da redação final. Como o Andes apresentou outra lógica e outras alternativas para a reforma, estamos sendo excluídos”, declara. O Andes já publicou uma nota que avalia negativamente a segunda versão do projeto.

Marina destaca como primeiro aspecto de suas observações a apresentação pelo governo de alterações em questões que ainda estão em análise e discussão, as quais todas as entidades levantaram questionamentos, como o novo padrão de financiamento e verbas para as universidades públicas. “O governo não apresentou nenhuma alteração sobre o financiamento das universidades públicas, uma questão que é fundamental. Inclusive apresentou a segunda versão no mesmo dia que o Banco Central anunciou o recorde no superávit primário. Várias

Foto: Andes/Divulgação



MARINA. “O governo exclui as entidades que discordam dele”

entidades apresentaram propostas para aumentar o financiamento, mas o governo manteve o limite constitucional de 18% da receita de impostos.”

Segundo a presidente do Andes, as análises anteriores do Sindicato se confirmaram. “Após a pressão, o setor privado levou todas.” As suas mantenedoras estão inteiramente livres de regulamentação. “Cito a frase de Fernando Haddad, secretário executivo do MEC, ‘o setor privado reclamou com razão’, e, assim, toda a seção I do capítulo 3 (Das mantedoras) da versão de dezembro simplesmente desapareceu.” Na nova versão do texto foram excluídas a criação dos conselhos administrativos e a necessidade de eleição direta de dirigentes das universidades e dos centros universitários particulares. Esses conselhos, que seriam responsáveis pela parte administrativa e acadêmica, teriam no máximo 20% de representantes das mantenedoras.

Sobre a democratização de gestão, Marina afirma que houve retrocesso na prática do voto paritário estabelecida na maior parte das Ifes. “Continua a preponderância do voto dos docentes (70%). Inclusive sobre esta questão nenhuma das reivindicações da Fasubra foi atendida”, observa.

Financiamento

As reivindicações do Andes-SN e da Andifes, no que se refere ao financiamento, foram completamente desconsideradas. O Andes avalia que o financiamento das instituições federais encolheu em relação à versão anterior de dezembro de 2004, que implicitamente reconhecia que a subvinculação (75% dos 18% constitucionais) iria reduzir as verbas atualmente disponíveis e, por isso, continha a salvaguarda de que o orçamento nominal (não corrigido) não poderia ser inferior ao do ano imediatamente anterior. Na versão atual, afirma o Sindicato docente, não apenas a salvaguarda desaparece como as instituições federais terão de “retirar 5% das parcas verbas de outros custeios” para assistência estudantil. Para a organização dos docentes um fato que preocupa, “porque envolve uma questão de ética”, é a questão de o governo submeter o financiamento da educação superior pública federal às “vicissitudes” das Loterias Federais existentes. O Andes afirma que as instituições públicas federais sem um novo padrão de financiamento terão de fazer o “milagre da multiplicação das vagas”. Para o Sindicato a ausência de um novo padrão de financiamento para as instituições de ensino superior públicas é determinada pela política econômica, “que limita gastos sociais e revela a desconsideração do MEC a propostas vindas de diferentes entidades em relação à sustentação das Ifes.”

Acesso

As políticas de quotas étnicas foram relativizadas, propiciando maior autonomia das instituições para que as ações afirmativas sejam implementadas, como quer o Andes.

Autonomia

Para o Andes, o governo segue com a tática de fatiamento da “reforma”, ao patrocinar, através do MEC, o Projeto de Lei nº 3.627/04, que tramita no Parlamento em regime de urgência. Este projeto, segundo o Andes, colide com o “suposto” respeito à autonomia universitária. Assim, o Sindicato dos docentes avalia que a consideração ao preceito da autonomia é apenas aparente.

“A luta política não se encerra nesses dois meses. Continuará na Casa Civil. Terá briga para sair de lá e a equipe econômica pode também criar dificuldades”

Aloísio Teixeira



Reforma Universitária

“O projeto melhorou, mas nem tanto”

Reitor aponta avanços, mas manifesta preocupação com os itens relacionados ao financiamento

Fotos: Niko Júnior

O reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, afirmou que a nova versão do anteprojeto do governo para a reforma é melhor do que a primeira. “O projeto é mais compacto e conciso em relação ao anterior”. Aloísio acha, no entanto, que ainda é preciso avançar em algumas questões. Ele fez ressalva, no entanto, à retirada de alguns itens no capítulo do financiamento das universidades públicas. Entre os pontos positivos, o reitor destaca a liberdade de as universidades poderem estabelecer projetos próprios de acesso. Aloísio disse que a luta pela melhor reforma possível não acaba com a formulação final a ser elaborada pelo MEC.

“A luta política não se encerra nesses dois meses. Continuará na Casa Civil. Terá briga para sair de lá e a equipe econômica pode também criar dificuldades, inviabilizando o projeto. Ele pode também ser modificado e aí será outra luta. Minha preocupação é com o processo, que passe rápido pela Casa Civil para ser votado ainda este ano. Se não for votado este ano, fica para ano que vem, e não será votado porque é ano eleitoral. Que consigamos discutir e conciliar nossas diferenças para que essa reforma seja a melhor possível. Não se trata de acreditar nisso, trata-se de trabalhar para isso. Não é uma questão de fé, é uma questão de determinação política. Por isso, luto para que a reforma seja a melhor possível”, disse Aloísio Teixeira.

Financiamento

Sobre a questão do financiamento, assunto que interessa muito as universidades públicas federais e a UFRJ em particular, Aloísio observa que ainda é preciso maior clareza sobre a base de cálculo dos recursos destinados as Ifes, não só para manutenção e desenvolvimento como



ALOÍSIO TEIXEIRA. “A luta pela reforma não acaba com o texto do MEC”

também para a expansão do sistema federal de ensino. A segunda versão reafirma que a União aplicará, anualmente, nas instituições federais, nunca menos de 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino, mas não detalha a forma.

Além disso, o reitor se preocupa com a retirada de mecanismos que possibilitavam acréscimo de recursos para cobertura de aumentos decorrentes de despesas de pessoal e de custeio. O que, inclusive, na sua opinião, pode criar problemas entre os reitores e os movimentos de técnico-administrativos e docentes. “Havia uma espécie de proteção contra a inflação e sem isso fica difícil gerir um orçamento já definido. Uma segunda dificuldade, que é muito importante destacar, é que havia a possibilidade de acréscimo de recursos em relação a

aumentos salariais ou a aplicação de planos de carreira. Isso também foi retirado. Joga-se então para os reitores a administração do problema, o que pode gerar conflitos entre nós e os movimentos. Temos que recuperar isso, não ficou estabelecido nessa versão a possibilidade de recursos.”

Acesso

A primeira versão estabelecia que 50% das vagas seriam destinadas a alunos do ensino médio de escolas públicas, e destes 50% haveria um percentual para negros, pardos e índios. As cotas entrariam em vigor com a aprovação da reforma. Na segunda versão fixa-se o prazo de dez anos para o preenchimento das vagas e não se faz menção à subcota para negros, pardos e índios. O novo texto registra que a reserva de vagas respeitará a proporção regional de seg-

mentos sociais e étnico-raciais historicamente prejudicados. Esse é um dos itens da nova versão que Aloísio afirma que houve melhora. Ele explica que ao se estipular um percentual obrigatório padroniza-se um sistema que é diferenciado pelas realidades regionais. Por isso, ao abandonar a regra estabelecida anteriormente e dando-se um prazo para que as universidades criem seus sistemas, o reitor avalia que acabou sendo criado “um incentivo às experiências inovadoras em termos de acesso”. E cita o projeto que vem sendo desenvolvido pela UFRJ para garantir o acesso a estudantes carentes e da rede pública. O reitor tem opinião própria sobre a democratização do ensino e a política de cotas - da qual não é favorável - e demonstra satisfação com as mudanças na segunda versão..

Autonomia

O reitor considera que houve avanços, mas não significativos. E cita como um exemplo o tratamento dado à representação legal da universidade. Para ele, ainda se faz necessária a recuperação da autonomia no plano jurídico: “A Procuradoria da universidade está amarrada. Hoje a universidade não tem procurador de fato. Ele é ligado à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Procuradoria Federal. A segunda versão avança no aspecto de a universidade ter autonomia de designar seu procurador. Hoje não é assim, pois quem nomeia é a AGU. Só que não resolve a questão da representação jurídica e extrajudicial. Há um grupo pequeno de procuradores para atender todas as Ifes, é óbvio que não dão conta da demanda. Muitos processos da UFRJ se arrastam por conta disso, por isso a autonomia de representação jurídica e extrajudicial é muito importante para nós.”

Aposentadoria especial na pauta

SINDICATO vai fazer levantamento para identificar servidores que trabalharam em condições insalubres

O Departamento Jurídico do SINTUFRJ inicia a partir desta terça-feira, dia 7, o levantamento da situação dos servidores da UFRJ que trabalharam em atividades e condições insalubres ou perigosas até dezembro de 1990 e receberam o respectivo adicional. De acordo com os advogados do Departamento, embora a aposentadoria especial para os servidores que trabalham em atividades em ambiente de condições insalubres e perigosas esteja pendente de regulamentação, “já é possível adotarmos alguns encaminhamentos em relação à contagem do tempo de contribuição durante o regime celetista”, anterior ao Regime Jurídico Único (RJU) – Lei nº 8.112/90.



ADVOGADA MARA VAZQUEZ. O STF já se pronunciou

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já sedimentaram entendimento e firmaram jurisprudência sobre esta matéria, garantindo a contagem de tempo diferenciada, nos termos regime geral de previdência, aos servidores públicos que trabalharam sob regime celetista, até a transformação do regime estatutário. A Advocacia-Geral da União (AGU), acatando este entendimento, determinou que não mais se recorra das decisões sobre o assunto. No que se refere ao período trabalhado em iguais condições, mas já no regime estatutário, a matéria ainda é controvertida e depende de estudo mais apurado, uma vez que o entendimento predominante é no sentido da ausência de Lei Complementar específica regulamentando a

contagem de tempo especial.

Num documento elaborado sobre o assunto, o Departamento esclarece que “Considerando que as alterações nas regras de aposentadoria introduzidas pelas Emendas Constitucionais 20/98 (governo FHC) e 41/03 (reforma da Previdência, governo Lula) e que significativo contingente de servidores da UFRJ trabalhava sob estas condições (insalubridade, periculosidade) no período anterior ao RJU, é recomendável que seja efetuado um levantamento sobre as condições dos servidores em relação ao tema”. O levantamento tem como objetivo buscar a garantia de contagem diferenciada sob o regime celetista, e fazer valer o direito à aposentadoria sob condi-

ções anteriores à reforma da Previdência.

O levantamento que será feito a partir desta semana tem o fim de identificar os servidores que se enquadram na situação descrita. O “kit” organizado para o levantamento de dados inclui um trecho explicativo e uma ficha para ser preenchida. Eles estarão à disposição no SINDICATO a partir desta terça-feira. Após este levantamento, constatada a sua viabilidade, o próximo passo será o ajuizamento das ações judiciais pertinentes.

Os atuais servidores que trabalharam nessas mesmas condições antes de terem sido contratados pela UFRJ também são detentores do mesmo direito e deverão preencher o “kit” e a ficha com os dados solicitados.

Veja o KIT CONTAGEM DE TEMPO CELETISTA EM ATIVIDADES/CONDIÇÕES INSALUBRES E PERIGOSAS

O DEPARTAMENTO JURÍDICO DO SINTUFRJ está promovendo o levantamento da situação dos servidores da UFRJ que trabalharam em atividades e condições insalubres ou perigosas até dezembro de 1990 e receberam o respectivo adicional.

O Judiciário está garantindo para os servidores que trabalharam nestas condições durante o período celetista a contagem diferenciada do tempo, o que pode significar redução do tempo que falta para sua aposentadoria.

Se você trabalhava na UFRJ antes do RJU (dezembro de 1990) nestas condições e ainda está trabalhando, tem direito a garantir esta contagem diferenciada.

Para que possamos identificar cada situação, você deverá preencher o formulário em anexo e apresentar os documentos solicitados, com a finalidade de análise de sua situação funcional e encaminhamento de procedimentos administrativos e judiciais pertinentes.

É importante o preenchimento completo do formulário e a apresentação dos documentos solicitados.

O SINTUFRJ disponibilizará profissionais exclusivamente para o atendimento diário e recebimento dos “kits”, a partir de 7 de junho até 30 de julho de 2005 na sua sede.

Documentos necessários

- Carteira de trabalho (cópia dos contratos e das anotações gerais)
- Certidão de tempo do INSS (cópia), se houver
- Cópias dos contracheques com o recebimento de insalubridade/periculosidade até dezembro de 1990 (ou declaração da UFRJ)
- Último contracheque
- Cópia da identidade e do CPF
- Cópia de processo administrativo pleiteando contagem de tempo especial, se houver



Sede campestre

SINTUFRJ estuda a possibilidade de aquisição de um espaço de lazer

A aquisição de uma sede campestre para a categoria pode estar próxima. Por ser um anseio antigo dos funcionários, no ano passado formou-se uma comissão para viabilizar o projeto. Na terça-feira, 31 de maio, uma comissão ampliada com mais de 30 sindicalizados e 4 diretores foram visitar dois sítios que já tinham sido previamente estudados. Um dos sítios (o do Feijão) visitado fica em Guapimirim, tem 27.520 metros quadrados, pomar abundante, seis churrasqueiras, uma piscina e benfeitorias.

O outro sítio (Jacob) examinado pela comissão está localizado em Campo Grande: conta com mais de 40.000 metros quadrados, mata exu-

berante, piscina, quadra de tênis, vôlei e futebol de salão e dois campos de futebol. Há ainda um poço alimentado por uma nascente de água mineral, salão de jogos, churrasqueiras, espaço para refeição e uma grande área verde com árvores frutíferas.

Critérios

Os integrantes da comissão ampliada de visita aos sítios consideraram algumas vantagens do sítio de Campo Grande, pelo tamanho e pela facilidade de acesso: fica próximo à rodoviária de Campo Grande e do centro da cidade, podendo-se chegar lá de ônibus e até mesmo de trem.

A comissão de visita do SINTUFRJ

pretende estudar as condições e sugerir a aquisição do Sítio do Jacob à diretoria do SINTUFRJ. Só depois desta etapa, que implica em discussão entre os integrantes da direção do Sindicato, é que o assunto será encaminhado à assembléia geral.

Visita ao Sítio do Jacob on-line

Para melhor visualização do Sítio do Jacob, é só acessar o site www.sitiojacob.com e conferir os detalhes. É importante ressaltar que o objetivo da diretoria do SINTUFRJ é construir instalações mais confortáveis para a categoria, como alojamentos, vestiários, auditório, entre outras benfeitorias.



VISITA. A comissão visitou sítios em Guapimirim e Campo Grandes. Objetivo: aquisição de sede campestre

Creche reinicia atividades

A Creche Universitária da UFRJ, que está com suas atividades suspensas desde o dia 24 de maio por causa de vazamento na rede de esgoto do Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira (IPPMG), deve reabrir nesta segunda-feira, segundo informou a diretora da instituição, Velsoni Vicentine, aos pais e funcionários em reunião na última quinta-feira. A creche foi fechada porque os problemas com o sistema de esgoto impossibilitava a utilização da água das torneiras da cozinha. Segundo a diretora, a equipe de manutenção e obras do IPPMG garantiu que já há condições para o retorno ao funcionamento normal do estabelecimento.

Os pais das crianças manifestaram preocupação com os problemas surgidos com a paralisação da creche, pois muitos não puderam ir trabalhar porque não tinham com quem deixar seus filhos. Por isso reivindicam que a Pró-Reitoria de Pessoal abone as faltas. “Se tivemos que faltar por causa do problema da creche, que é de competência e responsabilidade dos recursos humanos, que é o empregador, não podemos ser descontados”, afirmou a mãe Rojane Fiedler, representante da turma 1 da creche. Num comunicado à comunidade universitária, em que relata os problemas que levaram ao fechamento da creche, o pró-reitor de pessoal, Luiz Afonso Mariz, e o superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, solicitam “aos diretores e diretoras das unidades da UFRJ que entendam as eventuais ausências dessas mães e pais no período de suspensão das atividades escolares”.



Creche da UFRJ foi interdita

“Não existe milagre”

Uma das metas da diretora *pro tempore* do Hesfa é conseguir a certificação de hospital universitário

Foto: Niko Júnior

Divida com fornecedores, recursos escassos e um prédio tombado em acelerado processo de degradação. Uma encrenca de bom tamanho envolve o Hospital Escola São Francisco de Assis (Hesfa). A diretora *pro tempore* nomeada pelo reitor Aloísio Teixeira, Cristina Loyola, é a aposta da Reitoria para pacificar a instituição (que viveu turbulência em decorrência de uma eleição malresolvida), elevar o moral do corpo social e buscar as condições para captação dos recursos necessários. Na opinião de Cristina, o fato de ter sido indicada (e não eleita) na condição de *pro tempore* não a enfraquece. “A simples eleição não fortalece por si só, assim como a nomeação não enfraquece. O que fortalece é o trabalho”, diz ela. “Espero que nesse tempo, ou em menos de quatro anos, haja um nome que seja consensual. Não sei se em seis meses, um ano ou quatro anos”, observa.

Cristina Loyola diz que tem uma dívida com a universidade pública, onde está há quase 30 anos. E uma dívida em particular com o Hesfa, onde diz ter aprendido a ser o que é e sua ética profissional. Para ela, é um privilégio estar à frente do hospital, e conta que está colocando um parêntese na sua vida profissional de 26 anos com um objetivo: “No que depender de mim a unidade não vai fechar. Mas o impasse não é só do Hesfa: é da UFRJ. O que queremos para o Hesfa? Todos têm que estar implicados: Reitoria, pró-reitorias, decanias e escola. Não existe milagre.”

Certificação como hospital universitário

Ela vai manter o funcionamento das atividades que o hospital desenvolve e pensar o futuro. Uma das metas é reabrir a unidade de internação. A outra, estratégica, é



CRISTINA LOYOLA. “O impasse não é só do Hesfa, mas da UFRJ. Reitoria, pró-reitorias, decania devem se envolver”

Mendigos e bêbados entre os pacientes

O credenciamento dos leitos para pacientes de longa permanência ou de cuidados continuados casa com a característica do hospital. O Hesfa é uma unidade tradicional no atendimento a excluídos, mendigos, bêbados. “São pacientes que não são *fashion*”, afirma a diretora: portadores de HIV, idosos, dependentes de álcool e portadores de deficiência física. Este ambiente, segundo Cristina, é adequado para um

ensino de qualidade e humanizado. Ela observa que os profissionais de saúde são confrontados – no trato com esses pacientes – com a necessidade de cuidado para além do analgésico. Outra possibilidade que se viabiliza com a abertura dos leitos é a transferência de pacientes que precisam de cuidados continuados de outras unidades, deixando estas vagas para os procedimentos mais complexos.

o credenciamento do Hesfa como hospital-escola de fato. Há uma série de medidas que são exigidas para a certificação de uma unidade como hospital universitário. Mas no caso do Hesfa falta o atendimento de apenas duas: internato e residência médica. Para a implantação de 40 leitos é preciso adaptação de um espaço que já existe, recursos humanos e material.

Cristina compara a unidade a uma “centopéia, que tem que ser colocada para andar”. E cita deficiências. O funcionamento do ambula-

tório não alcança o teto do SUS – de R\$ 70 mil. Em abril, o faturamento foi de R\$ 30 mil. “É preciso retomar a produtividade, fechar em torno de R\$ 90 mil para podermos receber R\$ 70 mil”, afirma. No campo externo ela anuncia que vai cuidar da restauração do prédio, cujas obras estão orçadas em R\$ 20 milhões. A diretora solicitou à Fundação José Bonifácio um projeto de financiamento com a divisão do valor em cotas de R\$ 2 milhões. Com isso poderia, por exemplo, oferecer a cota da reforma das

instalações elétricas a uma empresa como a General Electric.

Se conseguir recursos para a recuperação, as obras vão começar pelos telhados, janelas e portas. Depois, rede elétrica e hidráulica, e, por fim, embelezamento do prédio histórico.

O hospital tem uma dívida que passa dos R\$ 700 mil com fornecedores, o que restringe o acesso à aquisição de suprimentos por preços melhores. A diretora pensa em administrar a dívida propondo negociação aos credores.

Programas do Hesfa

Assistência Integral ao Portador do HIV/AIDS – Desenvolvido desde 1997, inclusive com Assistência Domiciliar Terapêutica.

Centro de Estudos de Prevenção e Reabilitação do Alcoolismo – Atendimento a pacientes com dependência química.

Unidade de Reabilitação – Atendimento ambulatorial a portadores de deficiências física, neurológicas e respiratórias.

Unidade de Cuidados Básicos – Oferece consultas em especialidades clínicas, na medicina tradicional e alternativa.

Atenção a Pessoa Idosa – Foi criado em 1988, em parceria com a Escola de Enfermagem Anna Nery.

Fábrica de pobres

O Brasil tem 53 milhões de pobres, o que equivale às populações de Argentina e Chile juntas

Foto: Niko

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão oficial do Ministério do Planejamento, revelam o tamanho da tragédia social do país. Cerca de 54 milhões de brasileiros – um terço da população – vivem com renda mensal correspondente a menos de meio salário mínimo. Esses 54 milhões de pessoas equivalem à população somada de dois países sul-americanos, como Argentina e Chile. E mais: o estudo atestou que 21,9 milhões estão na linha da indigência, por viverem com menos de um quarto de salário mínimo por mês. No *ranking* da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil aparece em penúltimo lugar em distribuição de renda numa lista de 130 países. Só é superado por Serra Leoa, país africano. Logo abaixo do Brasil vem o México, outro país que, a exemplo do Brasil e de outros países da América Latina, obedece à orientação de organismos do grande capital internacional, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em relação à concentração de renda no Brasil – situação que não mudou nos últimos 20 anos – os números são contundentes: 1% dos brasileiros mais ricos, o equivalente a 1,7 milhão de pessoas, é dono de 13% da renda nacional; 50% dos brasileiros mais pobres ficam com 13,3% da renda. Os técnicos do Ipea afirmam uma situação muito clara: a raiz da desigualdade no Brasil não está na falta de riqueza, mas na forma como a riqueza é dividida. Diz o estudo do instituto oficial: “O que distingue o caso do Brasil no plano internacional é que os elevados níveis de pobreza não estão relacionados a uma insuficiência generalizada de recursos, mas sim à extrema desigualdade em sua distribuição.”

O estudo do Ipea denominado “Radar Social 2005” destaca os limites das políticas sociais – esses programas como Bolsa-Família e Bolsa-Escola – sustentando que só crescimento econômico e desenvolvimento do país poderá enfrentar a pobreza e a miséria no Brasil – outra verdade que o governo e as elites estão cansados de saber. O estudo cita a necessidade da aceleração da refor-



IMAGEM. Comunidades pobres se multiplicam na periferia dos centros urbanos

ma agrária e ampliação da previdência, e um outro insiste na necessidade de um modelo de desenvolvimento que distribua renda.

Para combater a concentração de renda e a pobreza, o documento cita a aceleração da reforma agrária, ampliação da previdência e dos programas de transferência de renda (Bolsa-Família). O estudo mostra os limites das políticas sociais, afirmando que só o crescimento econômico e o desenvolvimento do país poderá enfrentar a pobreza e a miséria no país. “A redução da pobreza e da desigualdade depende do modelo de desenvolvimento, que não deve ser concentrador de renda e socialmente excludente”.

Outro dado do estudo traz mais

uma realidade previsível. Entre a população negra, 44,1% vivem em domicílio com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Entre brancos, esse percentual era de 20,5%. Os técnicos dizem que as chances de um negro estar no segmento mais empobrecido da população é duas vezes maior do que a de um branco. Dado curioso: o índice maior de desigualdade entre negros e brancos foi registrado no estado de Alagoas (67%), justamente o território que abrigou no século 16 o Quilombo dos Palmares, o maior pólo de insurgência dos negros que fugiam do jugo opressor da escravidão. O menor índice de desigualdade entre negros e brancos, segundo o estudo, está no Rio de Janeiro – de 24,8%.

Enquanto isso...

Superávit bate recorde

O Banco Central informou na semana passada que o superávit primário (dinheiro que o governo guarda para pagar juros da dívida aos banqueiros) acumulado no primeiro quadrimestre do ano chegou a 44 bilhões de reais, o que correspondente a 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Esse percentual é superior ao exigido e acertado com o FMI, que é de 4,25% do PIB. Só em abril, o superávit alcançou a cifra de 16 bilhões de reais, superior em 33% ao superávit de março, que foi de 12 bilhões de reais.

A REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE DEPENDE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO QUE NÃO DEVE SER CONCENTRADOR DE RENDA E SOCIALMENTE EXCLUDENTE

Estudo do Ipea

Números vergonhosos da injustiça social

- 1% dos brasileiros mais ricos, o equivalente a 1,7 milhão de pessoas, é dono de 13% da renda nacional.
- 50% dos brasileiros mais pobres ficam com 13,3% desta.

POBREZA

- 53,9 milhões de pessoas pobres (31,7% da população).
- Renda *per capita* de menos de meio salário mínimo.

INDIGÊNCIA

- 21,9 milhões de indigentes (12,9% da população).
- Renda *per capita* menor que ¼ do mínimo.